

Estado Nacional — Uma proposta de superação

RODRIGO T. S. MUZZI



O referendo francês ao Tratado de Maastricht não resultou, como vaticinava Jean-Marie Le Pen, no "fim da nação francesa". Ao contrário, reconheceu-se ser a França muito maior e mais antiga que o Estado Nacional francês.

Este "Estado", enterrado dia 20 de setembro, foi o Estado militar e de dominação das revoluções, das guerras e das ditaduras. Foi o Estado que se sobrepôs à nação e quis substituí-la. Quem precisa dele? Nem os franceses, nem os dinamarqueses - que votaram *não* a Maas-tricht - nem os soviéticos - que enterraram os seus Estados ano passado - nem nós, no Brasil.

É hora de se abandonar a aventura intelectual do *Estado puro* e retornar ao *chão comunitário*, a conceitos mais substantivos da organização política que decorram da praça, cuja razão de existir sejam o consenso, as necessidades reais da população, os seus princípios e valores éticos. Supera-se, aparentemente, neste final de século, o argumento mais absurdo de opressão, a *razão de Estado*.

Presidencialismo ou parlamentarismo não acabam com o Estado e seus males. Continuará presente, soberano e despótico. O cidadão comum continuará incapaz de agir, as *razões de Estado* continuarão a prevalecer e a corrupção, a megalomania, a inflação, assim como o desrespeito pelo desejo popular, pelos valores comunitários, pela realidade do comércio e da produção.

Repete-se como um truísmo a visão histórica do Brasil como um Estado unitário. Perdão, mas o Brasil e suas províncias sempre sobreviveram, se formaram e cresceram à revelia do Estado central, fosse ele Lisboa ou Rio de Janeiro. O Estado, no Brasil, existiu para os militares e para os funcionários públicos. Fora estes, o Brasil e suas províncias floresciam sem precisar do Estado, com os seus próprios recursos e possibilidades.

Do governo central não se esperava nada, e em compensação a ele mal se pagavam impostos. Somente com o regime de 1964 é que o Estado unitário se consolidou, e sempre por razão de segurança. Esta, aliás, é a grande razão de *Estado*, a segurança contra o próprios cidadãos.

Enquanto existir o Estado, as questões fundamentais da sociedade brasileira, que porventura esbarrarem nos interesses múltiplos da organização estatal, serão invariavelmente postas de lado, como, por exemplo, a *inflação brasileira*.

Fica aqui uma proposta de humildade e coragem política. Livrarmos o Brasil desta superestrutura parecida com o "Spectrum" de James Bond. Vamos criar a *Organização dos Estados Brasileiros*. Dela participariam os atuais Estados, que, dados alguns limites de integração, se organizariam como desejam os seus povos. Primeiro e fundamental preservam-se um texto constitucional assecuratório dos direitos individuais. Atribui-se ao Supremo Tribunal a responsabilidade de tribunal constitucional. Suporta-se esta competência com uma força de paz. Devolve-se aos Estados o poder de tributar, assim como a contrapartida de prover as necessidades sociais. No plano da organização, teríamos um secretário-geral no lugar de presidente. O Congresso Nacional, de representantes diretamente eleitos, deixaria de existir, sendo substituído por uma assembléia ad hoc de representantes dos governos de cada Estado, incapaz de gerar despesa pública. Ficam no plano supranacional as relações exteriores e um Banco Central para gerir uma moeda única, independente, principalmente em relação à hierarquia da Organização dos Estados Brasileiros. Para tratar a questão das desigualdades regionais cria-se um fundo, com contribuição compulsória de todos os Estados, provavelmente em função do PIB de cada um, e um mecanismo de avaliação e redistribuição dos recursos. A este fundo não teriam acesso os órgãos da organização, que viveriam por orçamentos, aprovados e providos pelos Estados. Os ativos (e passivos) federais se distribuiriam por um critério talvez geográfico entre os Estados.

Aí está, voltamos ao chão comunitário. Da mesma forma que fizeram os soviéticos, e que agora fazem os europeus. Assim nos livraremos de uma realidade perversa e sem solução, além de oferecermos uma oportunidade de preparação para uma integração maior, de caráter continental. Com a palavra a sociedade brasileira.

Rodrigo T.S. Muzzi é advogado em São Paulo.